

Um novo nome para "escrow"

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

forçando o Brasil a fazer um levantamento puro e simples da moratória, com a utilização de uma parte das reservas cambiais do País, sem uma contrapartida imediata dos bancos, em dinheiro. E isso, sugeri a fonte, poderia comprometer todo o acerto.

Antes mesmo de as atenções se focalizarem no problema contábil representado pelo uso da "escrow account" no BIS, vários outros problemas continuavam sem solução. Os representantes dos bancos e do governo brasileiro ainda não se entenderam, por exemplo, sobre quanto o Brasil pagará de "spread" (taxa de risco), pelos depósitos que os bancos fariam no BIS, segundo a fórmula original, depois que o dinheiro se transformasse em empréstimo para o País. Na hipótese de se conseguir contornar a questão contábil e preservar o que já foi acertado, isso ocorrerá no momento em que os fundos depositados no BIS começarem a ser canalizados para os bancos credores, a fim de cobrir a conta de juros em atraso do País.

Segundo fontes financeiras, a diferença entre os dois campos, em relação ao "spread", era ainda considerável, ontem. O Brasil, de acordo com essas fontes, pleiteara inicialmente pagar apenas o custo dos fundos, ou seja, Libor, enquanto os bancos deixaram claro que não aceitariam, em hipótese alguma, cobrar menos do que Libor mais 0,815%, que a taxa de risco do México. Este é um item pesado da negociação pois, ao fixarem um preço para o empréstimo-ponte que farão ao Brasil, através do BIS, os bancos credores já estarão indicando o "spread" que cobrarão no acordo de reescalonamento da dívida, a ser buscado em novas negociações, até o fim do ano. Na proposta que encaminhou aos bancos credores, no dia 25 de setembro passado, o governo brasileiro, que inicialmente falara de "spread zero", passou a ressaltar a "necessidade absoluta de ajustar a taxa de juro à capacidade de pagamento de cada país" e "(implementá-la) imediatamente sobre o total da dívida de médio prazo". Por fim, havia ainda dificuldades sobre a natureza contábil dos depósitos dos bancos no BIS, a serem também esclarecidas.

Apesar de as fontes dos dois lados, diretamente envolvidas nas negociações, indicarem que um acordo era iminente, executivos de grandes bancos americanos e europeus expressaram seu ceticismo sobre as chances de haver um entendimento, chamando a atenção para dois obstáculos ainda não superados. O problema mais urgente é a definição do universo de bancos que participará do depósito no BIS. Indagada a respeito, por este jornal, uma alta fonte brasileira disse ontem que não tinha a resposta porque "isso é assunto dos bancos". Falando a este jornal, na semana passada, o presidente do comitê de bancos, William R. Rhodes, admitira, por sua vez, que os bancos japoneses e europeus não gostam da idéia de participar do empréstimo-ponte via BIS porque o consideram "uma forma de solucionar um problema que é só dos bancos norte-americanos".

Como se sabe, o objetivo do acordo de suspensão da moratória que está sendo buscado, com base numa proposta elaborada pelo Departamento do Tesouro e pelo Federal Reserve Board (Fed, o banco central) dos EUA, é evitar a reclassificação dos empréstimos que os bancos norte-americanos fizeram ao Brasil.

"Eu não vejo como o comitê fará para atrair os bancos europeus e japoneses a colocar esse dinheiro. Esses bancos têm boas reservas contra riscos em seus empréstimos ao Brasil, ao contrário dos bancos norte-americanos podem capitalizar juros e não têm nenhum motivo para aumentar seus empréstimos ao País participando do acordo que está sendo negociado para resolver um problema dos bancos dos EUA. Eles são desestimulados também pela situação de desgoverno em que o Brasil se encontra, que inibe qualquer esforço racional de política econômica", disse uma fonte de um banco inglês.

O outro problema está ligado ao próprio cronograma que o acordo em negociação estabelece para que se busque um acordo mais amplo, de reescalonamento da dívida. "Eu não sei como você vai conseguir a adesão dos bancos a um

acordo de reescalonamento da dívida de 1988 e 1989 em dezembro de 1987, antes de se saber os termos de um acordo entre o Brasil e o FMI, etc.", disse um executivo de um grande banco de Wall Street.

De acordo com uma fonte oficial brasileira, os elementos que compõem a estrutura básica do acordo de suspensão da moratória já estavam definidos na manhã de ontem. Naquele momento, ressalve-se, o funcionário brasileiro ainda trabalhava com a fórmula da "escrow account" no BIS. Numa importante concessão feita aos bancos, o governo brasileiro, que inicialmente pleiteara o refinanciamento de 100% dos US\$ 4,3 bilhões de juros devidos entre o dia da decretação da suspensão de pagamentos, em 20 de fevereiro passado, e o próximo 31 de dezembro, refez as contas e diminuiu suas necessidades de financiamento deste ano em 25%, para US\$ 3,4 bilhões. Isso foi possível, segundo a fonte, graças à boa performance da balança comercial, nos últimos meses.

O representante brasileiro indicou, ainda, que essa redução das necessidades de financiamento em 1987 representou "uma vitória" nas negociações, pois retirou da pauta a questão do "burden sharing", ou seja, da divisão do financiamento do déficit de balanço de pagamentos do Brasil entre os credores privados e os organismos oficiais, especialmente o Fundo Monetário Internacional, a quem o Brasil pagará um total de US\$ 1 bilhão até o fim do ano, em juros e amortização de empréstimos anteriores.

A fonte indicou, ainda, que dos US\$ 4,5 bilhões que seriam depositados no BIS US\$ 1,5 bilhão, ou seja, o total da contribuição brasileira para a conta, seriam usados para cobrir os juros atrasados do último trimestre deste ano. Os quase US\$ 3 bilhões de juros vencidos entre fevereiro e 30 de setembro seriam acertados no momento em que os bancos assinassem o acordo de reescalonamento de principal e de uma parte dos juros de 1988 e 1989. A "escrow account", que parecia condenada a sair de cena, ontem, fornecia ao governo brasileiro um razoável instrumento contábil para justificar, internamente, a suspensão da moratória, pois através dela os bancos eram obrigados a se comprometer imediatamente com o refinanciamento de 75% dos juros não pagos em 1987. Além disso, a "escrow account" protegia a posição de barganha do Brasil na próxima fase das negociações, na medida em que condicionava o acerto das contas do passado a um acordo sobre os juros do futuro. As dificuldades colocadas pelos bancos para manter a fórmula da "escrow account" parecem, por isso, ter potencial suficiente para comprometer o acordo, caso não se encontre uma alternativa igualmente palatável para o Brasil.

MILLIET EXPLICA — O Brasil se propõe a suspender efetivamente a moratória decretada em 20 de fevereiro para o pagamento dos juros devidos aos bancos privados tão logo tenha sido assinado entre o governo e o comitê assessor da dívida externa o protocolo de entendimento prévio com os pontos básicos de um acordo geral.

No cronograma traçado e que está sendo negociado com os próprios bancos, em Nova York, isso poderia ocorrer no final deste mês. Até lá, no entanto, precisa ficar sacramentado o contrato em torno do depósito de parte dos juros que o governo brasileiro e credores privados efetuariam, de comum acordo, como caução para avalizar o processo de negociações.

As indicações foram dadas ontem pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, aos senadores que atenderam à Comissão da Dívida Externa para interpellá-lo. Conforme relato do próprio presidente da comissão, senador Carlos Chiarelli, do PFL-RS, a participação brasileira no depósito — de cerca de US\$ 500 milhões em uma primeira etapa, equivalente a um mês de juros retidos — seria concretizada através de três diferentes parcelas.

Os bancos, por sua vez, precisam encontrar entre si a melhor solução para garantir a parte de depósito que lhes cabe, cerca de US\$ 1 bilhão. Existe da parte dos pequenos bancos, tanto norte-americanos quanto europeus, uma resistência em contribuir com esse depósito e o presidente do Banco Central admite esta dificuldade — "provavelmente, os maiores bancos é que vão participar do depósito", disse Milliet.